

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artº 54º, nº 1 e artº 52º, nº 2 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato para o próximo dia 30 de Maio de 2018, às 15.00 horas, na sede do Sindicato, na Avª dos Estados Unidos da América, nº 53, 15º Esqº - 1700-165 LISBOA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- **Aprovação, modificação ou rejeição do Plano de Actividades e do Orçamento para 2018.**

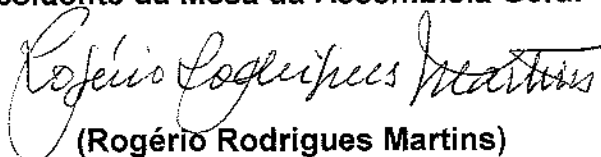
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no artº 54º, nº 1 e artº 52º, nº 1 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato para o mesmo dia 30 de Maio de 2018, às 15.30 horas, no mesmo local, com a respectiva ordem de trabalhos:

- **Aprovação, modificação ou rejeição do Relatório de Actividades e das Contas relativas ao ano de 2017.**

P.S. As reuniões da Assembleia Geral terão início à hora marcada desde que esteja presente a maioria dos sócios ou 30 minutos mais tarde com a presença de qualquer número de sócios, de harmonia com o disposto no artº 55º, nº 1, dos Estatutos.

Lisboa, 7 de Maio de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Rogério Rodrigues Martins)

Sede:

Av. dos Estados Unidos da América, 53 - 15.º - Esqº - 1700-165 LISBOA Tel: 21 396 66 52 • Fax: 21 3

E-mail: stt.sede@mail.te

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2017

INTRODUÇÃO

Em 2017 continuou a inversão das Políticas praticadas pelo governo PSD/CDS durante os anos da TROIKA. A fórmula do Governo PS apoiado pelos Partidos de Esquerda – PCP e Bloco de Esquerda, apelidado de “GERINGONÇA”, em que pouca gente acreditava, deu resultados e foi possível continuar o processo de reposição de salários e direitos dos trabalhadores.

No Sector Empresarial do Estado a redução progressiva dos cortes salariais, a par eliminação da redução do pagamento do trabalho suplementar, também de forma faseada durante o ano de 2017, levou à recuperação de salários a um elevado nº de trabalhadores.

Por concretizar o fruto de discussão durante o ano de 2017, estão as progressões das carreiras profissionais, bem como o tempo de antiguidade congelado durante o período da TROIKA.

No Sector Privado, o tema do Ordenado Mínimo, bem como a situação da Precariedade marcaram a agenda de 2017. Quanto ao Ordenado Mínimo e depois de falta de Acordo na Concertação Social, o Governo decretou o aumento para 580 € a partir de Janeiro de 2018. O processo dos precários foi alvo de negociações intensas com vista à integração desses trabalhadores nos diversos sectores, quer na função pública quer no Sector Empresarial do Estado.

Quanto às reformas, no ano de 2017 começaram a concretizar-se algumas promessas do Estado para 2018, quer quanto às carreiras contributivas mais longas quer quanto a aumentos nas reformas mais baixas, fruto duma justa exigência dos partidos que apoiam o Governo.

Processo que deverá prosseguir de modo a abranger mais trabalhadores com carreiras contributivas longas.

Por último, dar nota do fim da sobretaxa de IRS em 2017, e da discussão do alargamento dos escalões de IRS, e consequente redução das taxas nos escalões mais baixos, em sede de Orçamento de Estado para 2018, que a concretizar-se significará algum alívio na carga fiscal para muitas famílias.

RTP – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2017

A acção do STT na RTP durante o ano de 2017 centrou-se nos temas que já vinham do ano anterior, a saber:

1º. CÔMPUTOS TRIMESTRAIS:

Depois de um prolongado processo de negociações e de luta desenvolvido pelos trabalhadores, foi finalmente alcançada uma solução que permitiu pôr termo ao conflito existente e que se arrastava há cerca de um ano, por força de uma interpretação incorrecta e abusiva por parte da Empresa que desvirtuava o espírito do acordo celebrado em 2015 sobre esta matéria e que afectava negativamente na sua esmagadora maioria trabalhadores associados no STT.

Finalmente prevaleceu o bom senso, tendo os trabalhadores visto reconhecidos pela Empresa os direitos consagrados no AE sobre esta matéria e que sempre haviam usufruído anteriormente.

Nesta luta prolongada, para além do insubstituível empenho dos trabalhadores, o STT também contou com o apoio e solidariedade de alguns outros Sindicatos, como foi o caso do Sindicato dos Jornalistas, do SINTTAV e do SITIC.

2º. NEGOCIAÇÃO DAS CARREIRAS PROFISSIONAIS

Nesta frente, o mais importante a assinalar foi a exigência feita pelo STT e os Sindicatos atrás referidos para passar a haver uma mesa negocial própria e separada sobre as carreiras profissionais, relativamente aos demais Sindicatos outorgantes do Acordo de Empresa (AE), face à postura negativa assumida por estes no processo dos cálculos trimestrais - e no próprio processo das carreiras - em que demonstraram uma grande falta de solidariedade para com os trabalhadores afectados e respectivos Sindicatos.

Após um período em que a Empresa realizou algumas reuniões apenas com tais Sindicatos, pactuando com a sua estratégia divisionista e não obstante a sua reduzida ou nula representatividade em relação a muitas categorias profissionais, o CA acabou finalmente por aceder à realização de negociações de carreiras profissionais em mesas separadas como fora proposto pelo STT, SJ, SINTTAV e SITIC.

No entanto, essas negociações não chegaram ainda a concretizar-se no ano de 2017, pelo que é apenas previsível que sejam retomadas após a tomada de posse da nova Administração.

Tudo indica que serão negociações duras, porquanto a postura da Empresa tem sido no sentido de uma maior polivalência de funções e de descrições ainda mais genéricas e abstractas do que as agora em vigor, com vista a dificultar mais e mais a passagem dos trabalhadores a níveis de desenvolvimento superiores compatíveis com as funções efectivamente exercidas, com o seu grau de conhecimentos, grau de autonomia e responsabilidades.

3º. REENQUADRAMENTOS PROFISSIONAIS

Com os salários e as progressões horizontais congelados há vários anos, por via das leis do orçamento de estado aplicáveis também às empresas públicas, a frente dos reenquadramentos profissionais ganhou uma importância maior, não só por razões de natureza económica, mas também e sobretudo por motivos de justiça quanto ao correcto enquadramento das funções efectivamente exercidas nos níveis adequados.

Com efeito, há dezenas e dezenas de trabalhadores sem qualquer evolução há vários anos, apesar de desempenharem funções correspondentes a níveis de desenvolvimento superiores, originando situações manifestamente injustas e ilegais.

Nesta área, o STT tem desenvolvido uma acção intensa no apoio a todos os trabalhadores que pretendem apresentar as suas reclamações, procurando que detalhem o mais possível as tarefas que executam, os níveis de autonomia e de responsabilidade que detêm, a formação profissional e académica que possuem, tudo isto se possível comprovado pelas suas chefias.

O STT tanto tem apresentado directamente à Direcção de Recursos Humanos as exposições/reclamações dos trabalhadores, como tem apoiado as reclamações apresentadas directamente por eles.

Se é certo que em vários casos os trabalhadores têm obtido êxito nas suas reclamações, não é menos verdade que noutras em que têm razão, a Empresa tem invocado limitações orçamentais para não as atender, remetendo a sua resolução para o orçamento do ano subsequente, assim adiando a sua resolução imediata e prolongando situações injustas.

Esta acção vai continuar a desenvolver-se de forma contínua e permanente, sem excluir eventuais recursos à via judicial através do Contencioso do STT quer em Lisboa e Porto bem como nas Delegações dos Açores e da Madeira, sempre que os trabalhadores o pretendam e se reúnam as condições para o efeito.

Entretanto, durante o ano de 2017, o Orçamento de Estado veio consagrar a reposição parcial (50% em Julho e os restantes 50% em Janeiro de 2018) dos direitos adquiridos, o que veio permitir a aplicação do regime de progressões horizontais, bem como do subsídio de senioridade, benefícios previstos no AE que estavam congelados há vários anos, o que constituiu uma reposição de rendimentos que aliviou em parte situações que já estavam bastante degradadas.

Também foram repostas a partir de 1 de Janeiro de 2017 o disposto no AE quanto ao pagamento do trabalho suplementar e ao subsídio de refeição.

4º. INTEGRAÇÃO DE TRABALHADORES PRECÁRIOS

O processo de integração dos trabalhadores precários (falsos recibos verdes e contrato a termo ilegais) nos quadros permanentes da Empresa tem decorrido ao abrigo da legislação aprovada em 2017 para o sector da administração pública e do sector público empresarial.

Apesar de se tratar de um processo de natureza administrativa específico a decorrer no Ministério competente através de Comissões Arbitrais, o STT tem estado atento ao seu desenvolvimento e ao cumprimento estrito da respectiva legislação específica, apoiando os trabalhadores que solicitam a sua colaboração e aconselhamento.

GRUPO PT PORTUGAL/ALTICE PORTUGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2017

A degradação da situação laboral que aconteceu em 2017, fruto das políticas de gestão erradas da Altice Portugal levou a que muitos trabalhadores saíssem da Empresa por rescisão de contrato, alguns dos quais associados do STT.

O facto de haver cada vez menos trabalhadores sindicalizados no Grupo Altice Portugal, leva a que os Sindicatos percam força reivindicativa e consequentemente quotização, o que acarreta dificuldades de intervenção e de apoio aos trabalhadores em geral e aos associados em particular.

Perante a nova realidade empresarial, muito negativa, a salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos e interesses dos trabalhadores continuou e continua a ser a prioridade número um da intervenção do STT.

Em 2017, por via das grandes convulsões laborais: trabalhadores em violação do dever de ocupação efectiva, funções não adequadas às categorias profissionais e transmissão de estabelecimento, foi criada uma grande Unidade entre as ERCT, tendo sido criada uma Frente Sindical com o apoio da Comissão de Trabalhadores da MEO que agendou uma Greve Geral na MEO em 21 de Julho de 2017, tendo sido feito um desfile com mais de 5000 trabalhadores das Picoas para a Residência Oficial do 1º Ministro em São Bento.

Historicamente, nesta Luta da PT, tivemos o apoio das Centrais Sindicais, cujos respectivos Secretários-Gerais desfilaram lado a lado até S. Bento, no dia 21 de Julho.

Neste trabalho conjunto e coordenado, onde o STT teve um papel importante e a CGTP esteve sempre presente, as ERCT da PT fizeram diversas denúncias à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), foram feitas reuniões com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Economia, com todos os Grupos Parlamentares com o Vice-Presidente da Assembleia da República, vigílias à porta da Empresa por todo o País.

Estas fortíssimas movimentações e reivindicações, fruto da acção conjunta com os outros Sindicatos e com a CT da MEO, conseguiu-se que os Partidos que suportam o Governo apresentassem projectos-lei para o regime jurídico da transmissão de empresa ou estabelecimento (PS, PCP e BE). Os projectos-lei foram todos aprovados na generalidade, em 20 de Setembro e posteriormente, foi possível a 2 de Fevereiro de 2018, que fosse aprovado na especialidade um texto conjunto que garante o direito de oposição à transmissão ao trabalhador. Grande Vitória do STT, dos Sindicatos da PT, dos Trabalhadores da PT, da CGTP e de Todos os Trabalhadores Portugueses.

Em 2017, no relacionamento com a gestão priorizamos no nosso discurso a manutenção de todos os postos de trabalho, a ocupação efectiva de todos os trabalhadores, o respeito pelo enquadramento funcional e geográfico de cada um, a salvaguarda da PT-ACS e dos Planos de Saúde da PT, o pagamento dos complementos de reforma (TLP, TDP e Marconi), a garantia do pagamento das prestações de pré-reforma e de suspensão de contrato, o fim das transmissões de estabelecimento e o regresso dos trabalhadores transmitidos (155 em Julho de 2017 foram transmitidos dos quais 26 quiseram sair por RMA).

Na PT Portugal em 2017 não houve Contratação Colectiva, não houve negociações do ACT nem aumentos salariais.

A nível da Comissão Paritária do ACT da PT, a presença do STT continuou a ser assegurada pelo Dirigente Francisco Gonçalves e pela Delegada Sindical, Helena Vale, procurando-se intervir na defesa dos direitos dos trabalhadores, embora em 2017 tenha havido uma desvalorização desta actividade pela Empresa.

Em 2017 participámos em muitas iniciativas do Movimento Sindical Unitário, coordenadas pela CGTP-IN, nomeadamente em iniciativas da FECTTRANS (Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações) que visaram dar combate a todas as medidas injustas contra os trabalhadores em geral e contra os trabalhadores da PT/MEO em particular.

Em 2017 o STT procurou afirmar-se, como um Sindicato da CGTP que no Grupo PT Portugal/Altice Portugal tem um projecto sindical sério e transparente que pretende melhorar a vida dos trabalhadores.

GABINETE JURIDICO

O ano de 2017 fica associado a nova diminuição do número de solicitações feitas ao gabinete jurídico, com o número de consultas a diminuir para 38 (4/5) do número registado no ano anterior).

A esta diminuição está também associada uma variação para menos na actividade desenvolvida – isto, falando em termos gerais.

Há, porém, um factor de preocupação e que importa ir acompanhando, que é a situação de centenas de trabalhadores da PT que se encontram sem tarefas distribuídas, dos quais alguns são nossos associados.

No entanto, foi possível concretizar uma solução aceitável para uma associada nossa.

No respeitante à empresa MANCHETE foi obtido o pagamento de importâncias devidas pelo Fundo de Garantia Salarial às duas associadas que tínhamos na empresa, o qual está praticamente concluído com os pagamentos feitos pela empresa no âmbito do PER.

Pior é o caso da QPH, cuja insolvência inviabilizou a continuação da execução relativa aos créditos do nosso associado Bruno Antão, sendo que as perspectivas são francamente más (pagamento de um montante irrisório na falência).

De resto, a actividade habitual manteve-se, à semelhança de anos anteriores, com informação e aconselhamento aos associados e sua defesa em processo disciplinar.

A Direcção do STT

(Nuno Martins Rodrigues)

(Joaquim Rodrigues Gonçalves)

PARECER DO CONSELHO FISCALIZADOR DO STT

AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO ANO DE 2017

Na reunião realizada no dia 16 de Maio de 2018, na sede do Sindicato, o Conselho Fiscalizador analisou os seguintes documentos: RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO ANO DE 2017.

Da análise efectuada à Demonstração de Resultados do ano de 2017, verificou-se um resultado do exercício positivo, apesar de se ter registado uma diminuição na receita de quotização. Mas, este resultado é sobretudo devido à redução de custos com o pessoal e funcionamento do Sindicato.

O Conselho Fiscalizador, analisou a execução do Plano de Actividades de 2017 tendo constatado que a Direcção de acordo com o Plano, deu execução às actividades nele propostas, não apresentando objecções ao documento.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

O Conselho Fiscalizador do STT

(Álvaro Leitão da Silva Lima)

(Alfredo dos Santos Rocha)

BALANÇO EM 31/12/2017

(VALORES EM EUROS)

ACTIVO			PASSIVO		
ACTIVO CORRENTE			PASSIVO CORRENTE		
Caixa	96.50		DÍVIDAS A TERCEIROS		
Depósitos à Ordem	32711.62		M.S.U.-Serviços Recebidos		388.00
Depósitos a Prazo	80000.00	112808.12			
			M.S.U.-Participações Estatutárias		826.41
			Estado e Outros entes Públicos		1851.83
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Custos Diferidos			ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Seguros 2018		244.15	Acréscimos de Custos		
			Férias e Enc./Férias do Pessoal-2017		
Acréscimos de Proventos			vencidas em 01-01-2018		2139.39
Quotização de Dez/17 recebida em Jan/18		9043.35			
			TOTAL DO PASSIVO		5205.63
ACTIVO NÃO CORRENTE			FUNDOS PATRIMONIAIS		
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			Fundo Sindical		390987.54
Edifícios e Outras Construções	303875.00		Outras Reservas		57596.54
Equipamento Básico	40243.18		Resultados Transitados		-64392.35
Equipamento Administrativo	14844.81				
Outros Activos Fixos Tangíveis	2463.08		Outras Variações Patrimoniais		-3842.89
	361426.07				380348.84
Amortizações Acumuladas	-102945.48	258480.59			
			Resultado Líquido do Exercício		-4978.26
			TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		375370.58
TOTAL DO ACTIVO		380576.21	TOTAL PASSIVO + FUNDOS PATRIMONIAIS		380576.21

RENDIMENTOS		ANO 2017	
72	Prestações de serviços		
	72 - Prestações de serviços		
	72.2 - Quotizações e Joias		
	72.2.1 - Quotizações Ordinárias		
	72.2.1.4 - de Sindicatos		111,426.37
78	Outros rendimentos e ganhos		
	78.1-Rendimentos Suplementares		
	78.8.2- Excesso Estimativa impostos		2.97
79	Juros, dividendos e outros Rend. similares		
	79.1 - Juros Obtidos		
	79.1.1 - de Depósitos		579.53
	TOTAL DOS RENDIMENTOS		112,008.87

RESULTADOS LIQUIDOS			
<u>Rendimentos</u>			
Prestações de Serviços	111,426.37		
Outros Rendimentos e Ganhos	2.97	111,429.34	
<u>Gastos</u>			
Fornec. e Serviços Externos	52818.77		
Gastos c/Pessoal	41690.83		
Gastos de Depreciação e amortização	5680.96		
Outros Gastos e Perdas	16674.87	116,865.43	
Resultado operacional (antes de impostos e gastos de financ.)	-	5,436.09	
Juros , Dividendos e outros Rendimentos Similares		579.53	
Resultado antes de impostos	-	4,856.56	
Imposto estimado para o período	-	121.70	
Resultado líquido do Exercício	-	4,978.26	

	GASTOS	ANO 2017		
62	Fornecimentos e Serviços Externos			
	62.1 Subcontratos			
	62.2 Serviços Especializados			
	62.2.1 Trabalhos especializados			
	62.2.1.0.5-Contabilidade	1,800.00		
	62.2.1.0.6- Serviços Informática	307.50	2,107.50	
	62.2.2 Publicidade e propaganda		93.45	
	62.2.4 Honorários e Avenças		36,326.16	
	62.2.6 Conservação e Reparação			
	62.2.6.2 - Conserv.Rep Equip.Bas Instalações	860.66		
	62.2.6.3.3.1 - Condomínio do Edifício A	801.74	1,662.40	
	62.2.7 - Serviços bancários		279.97	
	62.3 Materiais			
	62.3.1 - Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	141.93		
	62.3.2 - Livros e documentação técnica	-		
	62.3.3 - Material de escritório	654.47		
	62.3.4 - Artigos para oferta	-		
	62.3.5 - Produtos Alimentares	108.58	904.98	
	62.4 Energia e Fluidos			
	62.4.1 Electricidade	1,125.51		
	62.4.2 - Combustíveis	-		
	62.4.3 - Água	426.26	1,551.77	
	62.5 Deslocações, Estadas e Transportes			
	62.5.1 -Deslocações e estadas			
	62.5.1.1 - Deslocações e estadas em Portugal			
	62.5.1.1.1 - Dos Órgãos Sociais	2,177.76		
	62.5.2 - Transportes -Órgãos Sociais	1,646.15		
	62.5.3 - Transportes Pessoal	338.80	4,162.71	
	62.5.4- Transporte de mercadorias			
	62.6 Serviços Diversos			
	62.6.1 - Rendas e alugueres		2,856.00	
	62.6.2 - Comunicação		1,833.17	
	62.6.3 - Seguros		226.61	
	62.6.5- Contencioso e Notariado		-	
	62.6.7 - Limpeza, Higiene e Conforto		814.05	
	62.6.8-Reembolso Remun.Pessoal Técnico		-	
	62.8- Outros Serviços		-	52,818.77
	A TRANSPORTAR			52,818.77

	GASTOS	ANO 2017	
	TRANSPORTE	-	52,818.77
63	Gastos com o pessoal		
	63.2 - Remunerações Pessoal		
	63.2.01 - Ordenados	14,228.80	
	63.2.05 - Subsídio de Férias	1,163.65	
	63.2.06 - Subsídio de Natal	1,189.00	
	63.2.08 - Subsídio de Alimentação	1,690.48	
	63.2.13 - Abono p/Falhas	329.55	18,601.48
	63.5 - Encargos sobre Remunerações		
	63.5.2 - Encargos Pessoal	3,771.16	
	63.6 - Seguro de Acid. no Trab. e Doenças Profissionais		
	63.6.1- de Órgãos sociais		
	63.6.2 - Seg Ac Trabalho Pessoal	318.19	
	63.8- Outros Gastos C/Pessoal		
	63.8.0.8- Comp.p/rescisão de Contrato	19,000.00	41,690.83
64	Gastos de depreciação e de amortização		5,680.96
68	Outros Gastos e perdas		
	68.1 Impostos		
	68.1.3 - Taxas		
	68.1.3.1 - Taxas Municipais	101.57	
	68.1.3.2- Taxas de Justiça	306.00	
	68.8 - Outros		
	68.8.1- Correções relativas períodos Anteriores	129.10	
	68.8.8 - Comparticipações para o MSU		
	68.8.8.1 - Quotizações Estatutárias		
	68.8.8.1.1 - Para a CGTP-IN	7,799.85	
	68.8.8.1.3- Para Uniões Distritais	2,745.46	
	68.8.8.1.4- Para CAMSI (Ilhas)	1,466.86	12,012.17
	68.8.8.2 - Fundo de Acção de Massas		2,181.53
	68.8.8.4 - Outros Gastos C/Actividade Sindical		
	68.8.8.4.1 - Congressos	64.50	
	68.8.8.4.3- Solidariedade	50.00	
	68.8.8.4.4.1- Iniciativas Nacionais	30.00	
	68.8.8.4.4- MSU- Serviços Comuns Informática	1,800.00	16,674.87
	TOTAL DOS GASTOS		116,865.43

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 vai ser um Ano difícil para os trabalhadores e para o sindicalismo em geral.

Por um lado, a preparação do O.E. para 2019, por outro o aproximar das eleições, primeiro Europeias e depois Legislativas, levarão os partidos a tomar posições eleitoralistas, com vista à captação do seu eleitorado.

No plano sindical os objectivos são claros:

- Reposição de direitos (e salários e direitos) perdidos pelos trabalhadores no período do Governo PSD/CDS, nomeadamente o descongelamento das progressões na função pública.
- Finalizar o processo dos Precários nos diversos sectores de Actividade, através das negociações em curso, dando assim lugar a uma nova esperança aos trabalhadores que há anos se encontram na situação de precariedade.

Prosseguir com as negociações de alteração ao Código de Trabalho em sede de Concertação Social com vista a repor o valor do pagamento do trabalho suplementar, (a clausula de transferência de estabelecimento ou empresa (que já foi alvo de alteração em 2017), por parte do empregador) a aplicação da caducidade dos contratos colectivos, a reposição das indemnizações por despedimento sem justa causa, entre outros.

Continuar a pugnar por um salário mínimo acima dos 600 € (que em 2017 já deveria ter sido fixado nesse valor).

Actualização do valor das reformas mais baixas através de aumentos graduais no decorrer do ano de 2018.

Actualização dos salários, em especial dos que se encontram congelados há vários anos.

Exigência de melhores condições dos serviços públicos, nomeadamente no acesso aos cuidados de Saúde (mais Hospitais e Centros de Saúde), e a necessária contratação de profissionais – Médicos e Enfermeiros que possam colmatar as deficiências do Serviço Nacional de Saúde.

No Ensino, adequar as escolas de auxiliares e professores que permitam o seu normal funcionamento, e uma aprendizagem dos alunos tão necessária para as futuras gerações.

Em suma, a luta por melhores condições de trabalho vai prosseguir, na qual os Sindicatos continuarão a ter um papel preponderante.

PLANO DE ACTIVIDADES STT 2018

RTP

Em 2018 será nomeado um novo Conselho de Administração, esperando-se que tenha uma maior abertura para as questões laborais, que têm sofrido grandes constrangimentos desde 2011, com o congelamento da contratação colectiva e em particular das progressões e das tabelas salariais.

Com o Orçamento de Estado para 2018 volta a aplicar-se em pleno o AE, tendo sido retomada a vigência das progressões e do subsídio de senioridade a 100% desde 1 de Janeiro.

Será também altura de se retomar a prática de actualização anual dos salários, bastante degradados e desvalorizados pelo seu congelamento durante 9 anos.

Terá também de prosseguir a negociação das categorias e carreiras profissionais, tornando as definições mais claras e precisas e as carreiras mais ajustadas e conformes às qualificações e responsabilidades dos trabalhadores, tendo sempre em conta princípios de equidade e de justiça relativa.

A questão dos reenquadramento profissionais irá continuar a ser uma preocupação prioritária do Sindicato, pois não obstante alguns casos terem sido resolvidos, muitos outros permanecem sem solução, ou por alegadas razões orçamentais ou por má vontade das estruturas hierárquicas, o que cria situações de injustiça relativa e mal-estar entre os trabalhadores que consideram reunir as condições para subirem de nível mas que não são contemplados.

O STT irá continuar a apoiar todos estes trabalhadores nas suas justas reclamações, quer a nível interno, quer noutra via que pretendam seguir.

Deverá igualmente prosseguir e concluir-se o processo de integração dos precários, terminando a prática ilegal e imoral dos falsos recibos verdes e contratos a termo, cumprindo-se a regra de que a cada posto de trabalho permanente deverá corresponder um trabalhador efectivo ou com contrato por tempo indeterminado.

Essa integração deve fazer-se respeitando as regras do AE, de modo a que ninguém seja nem prejudicado, nem beneficiado, ou seja, em que prevaleça a legalidade mas também a justiça entre todos os trabalhadores da Empresa.

PLANO DE ACTIVIDADES STT 2018

GRUPO PT PORTUGAL/ALTICE PORTUGAL

O STT sabe que 2018 é mais um ano difícil dadas as medidas de gestão que os Accionistas da Altice pretendem implementar em relação à redução de custos, sendo que uma fatia importante sairá da redução dos custos com a operação, onde se inclui os custos com os trabalhadores.

Mesmo em enquadramento negativo é importante mobilizar os trabalhadores para enfrentarmos em conjunto os grandes desafios que se avizinham também pelos encargos das dívidas contraídas e da Multa de 125 milhões, aplicada pela EU à Altice Internacional por violação das regras da concorrência aquando da compra da PT Portugal à Oi.

Em 2018 é necessário garantir a manutenção dos postos de trabalho, defender e se possível melhorar o ACT da PT, a PT-ACS e os Planos de Saúde da PT, exigir o cumprimento dos direitos dos reformados em relação ao pagamento dos complementos de reforma (TLP, TDP e Marconi), bem como, continuar e salvaguardando o pagamento das prestações de pré-reforma e suspensão de contrato.

O STT em 2018 vai continuar a lutar por uma Altice Portugal/MEO transparente, socialmente justa e que tenha um projecto industrial de telecomunicações forte e consistente, evoluída em termos laborais e que respeite os direitos dos trabalhadores.

Valorizar o factor trabalho e garantir os postos de trabalho são os principais vectores que devem levar ao aumento da sindicalização, um grande desafio para o ano de 2018, pois a taxa de sindicalização nas empresas da Altice em Portugal rondam os 30%.

Dada a conjuntura político-laboral e solução governativa saída do resultado das eleições de 4 de Outubro de 2015 é necessário, mais do que nunca, em 2018, continuar a lutar para que o Governo elimine as normas mais gravosas do Código do Trabalho, nomeadamente a caducidade das convenções colectivas e reponha o princípio do tratamento mais favorável.

Em 2018, na Contratação Colectiva, o STT vai bater-se por uma proposta de revisão do ACT da PT que considere:

- Alargamento do âmbito a todas as empresas do Grupo Altice em Portugal;
- Aumento dos salários para todos os trabalhadores do activo, pré-reformados e suspensos;
- Uma melhoria concreta do processo de evolução profissional (carreiras, progressões e promoções);
- A reposição da majoração das férias em mais 3 dias;
- A reposição do pagamento do trabalho suplementar e do descanso compensatório na base dos valores existente no AE da PTC 2009;
- Melhoria nos regimes de prevenção (todo o trabalho realizado fora do horário normal de trabalho seja localmente seja de forma remota tem de ser pago como trabalho suplementar e a partir das 21 h com o acréscimo previsto para o trabalho nocturno);
- A melhoria do subsídio de turno para a laboração contínua e para os turnos com descanso variável;
- O pagamento do subsídio de grande altura nos trabalhos em torres e antenas com mais de 30 metros;
- A reposição dos pacotes de telecomunicações gratuitos para os trabalhadores no activo, o desconto de 75% para os não activos alargado ao M4O e M5O para pré-reformados e suspensos e 50% para os reformados/aposentados.

Os trabalhadores sabem que nada é dado aos trabalhadores sem Luta. Acreditamos que só com trabalhadores mobilizados e organizados nas suas ERCT de classe, nomeadamente no STT, conseguiremos melhorar as relações laborais no Grupo e nas restantes empresas do sector, contribuindo de forma progressiva e consistente para acabar com o flagelo da precarização das relações laborais que tanto afecta o Grupo Altice Portugal e o próprio sector.

Em 2018 temos que inverter o empobrecimento de quem trabalha e impedir, por todos os meios ao nosso alcance, a desvalorização dos salários, a retirada de direitos aos trabalhadores.

Continuaremos a defender que a um posto de trabalho efectivo deve corresponder um contrato de trabalho permanente.

Vamos continuar a dizer presente a todas as iniciativas do Movimento Sindical Unitário, coordenadas pela CGTP e pela FECTRANS.

Em 2018, o STT vai continuar a afirmar-se como um Sindicato da CGTP que da seriedade, do empenho e da dedicação faz a diferença na defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores que representa.

Orçamento 2018

Mais um ano de dificuldades económicas na elaboração do Orçamento do Sindicato.

A contenção de despesas vai-se manter na reestruturação e racionalização dos custos com o pessoal, na redução das contribuições para o Movimento Sindical Unitário, e na redução do pagamento das despesas do Condomínio.

A diminuição de receita provocada pela contínua saída de sócios, a difícil sindicalização de trabalhadores não sindicalizados, nomeadamente os precários na RTP, a par de todas as despesas inerentes à Actividade Sindical e de funcionamento normal do Sindicato, tornou difícil o equilíbrio financeiro no Orçamento de 2018.

PARECER DO CONSELHO FISCALIZADOR DO STT

AO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018

Na reunião realizada no dia 16 de Maio de 2018, na sede do Sindicato, o Conselho Fiscalizador analisou os seguintes documentos: PLANO DE ACTIVIDADES E O ORÇAMENTO PARA 2018

Após a análise do Plano de Actividades e do Orçamento de 2018, apresentados pela Direcção do Sindicato, o Conselho Fiscalizador entendeu que, não tem objecções a apresentar, pelo que, decidiu dar parecer favorável, por estarem devidamente enquadrados no modelo de acção do Sindicato.

Lisboa, 16 de Maio de 2018

O Conselho Fiscalizador do STT

(Álvaro Leitão da Silva Lima)

(Alfredo dos Santos Rocha)

**PROPOSTA DE ORÇAMENTO
PARA 2018**

RENDIMENTOS		P/2018
72	Prestações de serviços	
	72 - Prestações de serviços	
	72.2 - Quotizações e Joias	
	72.2.1 - Quotizações Ordinárias	106.750,00
	72.2.1.4 - de Sindicatos	
	72.2.2 - Quotizações Extarordinárias	
	72.2.3 - Joias de Inscrição	
	72.3 - Promoção para captação de recursos	
	72.3.1 - Angariação de Fundos	
	72.3.2 - Donativos	
	72.3.2.1 - De Sócios	
78	Outros rendimentos e ganhos	
79	Juros, dividendos e outros Rend. similares	
	79.1 - Juros Obtidos	500,00
	79.1.1 - de Depósitos	
	TOTAL DOS RENDIMENTOS	107.250,00

LUCRO PREVISTO P/2018

15.215,00

**PROPOSTA DE ORÇAMENTO
PARA 2018**

GASTOS		PROPOSTA ORÇAMENTO
		P/2018
62	Fornecimentos e Serviços Externos	
	62.1 Subcontratos	
	62.2 Serviços Especializados	
	62.2.1 Trabalhos especializados	
	62.2.1.0.2 -Trabalhos Tipográficos	200,00
	62.2.1.0.5-Contabilidade	1.980,00
	62.2.1.0.6- Actualiz.programas Informáticos	350,00
	62.2.2 Publicidade e propaganda	105,00
	62.2.3 Vigilância e Segurança	
	62.2.4 Honorários	37.030,00
	62.2.6 Conservação e Reparação	
	62.2.6.1 - Conservação e Rep Equip. Transporte	
	62.2.6.2 - Conserv.Rep Equip.Bas Instalações	875,00
	62.2.6.3 - Conserv.Rep Terrenos e Edifícios	
	62.2.6.3.3.1 - Condomínio do Edifício A	803,00
	62.2.7 - Serviços bancários	325,00
	62.3 Materiais	
	62.3.1 - Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	100,00
	62.3.2 - Livros e documentação técnica	50,00
	62.3.3 - Material de escritório	650,00
	62.3.5 - Produtos Alimentares	100,00
	62.4 Energia e Fluidos	
	62.4.1 Electricidade	1.200,00
	62.4.3 - Água	430,00
	62.5 Deslocações, Estadas e Transportes	
	62.5.1 -Deslocações e estadas	
	62.5.1.1 - Deslocações e estadas em Portugal	
	62.5.1.1.1 - Dos Órgãos Sociais	2.030,00
	62.5.2 - Transportes -Órgãos Sociais	1.750,00
	62.5.3 - Transportes Pessoal	380,00
	62.6 Serviços Diversos	
	62.6.1 - Rendas e alugueres	2.860,00
	62.6.2 - Comunicação	2.010,00
	62.6.3 - Seguros	255,00
	62.6.5 - Contencioso e Notariado	
	62.6.5.2- Certidões e outros	-
	62.6.6 - Despesas de Representação	-
	62.6.7 - Limpeza, Higiene e Conforto	850,00
	A TRANSPORTAR	54.333,00

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2018

	GASTOS	PROPOSTA ORÇAMENTO
		P/2018
	TRANSPORTE	54.333,00
63	Gastos com o pessoal	
	63.2 - Remunerações Pessoal	
	63.2.01 - Ordenados	10.500,00
	63.2.05 - Subsídio de Férias	875,00
	63.2.06 - Subsídio de Natal	875,00
	63.2.08 - Subsídio de Alimentação	1.200,00
	63.2.13 - Abono p/Falhas	355,00
	63.5 - Encargos sobre Remunerações	
	63.5.2 - Encargos Pessoal	2.810,00
	63.6 - Seguro de Acid. no Trabalho e Doenças Profissionais	
	63.6.2 - Seg Ao Trabalho Pessoal	360,00
	63.7 - Gastos de Acção Social	
	63.8 - Outros Gastos com o Pessoal	
64	Gastos de depreciação e de amortização	5.200,00
68	Outros Gastos e perdas	
	68.1 Impostos	
	68.1.3 - Taxas	
	68.1.3.1 - Taxas Municipais	125,00
	68.1.3.2 - Taxas de Justiça	350,00
	68.8 - Outros	-
	68.8.1- Correções relativas a períodos anteriores	100,00
	68.8.8 - Comparticipações para o MSU	
	68.8.8.1 - Quotizações Estatutárias	
	68.8.8.1.1 - Para a CGTP-IN	7.475,00
	68.8.8.1.3 - Para Uniãos Distritais	2.680,00
	68.8.8.1.4 - Para CAMSI (Ilhas)	640,00
	68.8.8.1.6 - Para Organismos Internacionais	-
	68.8.8.2 - Fundo de Acção de Massas	2.100,00
	68.8.8.4 - Outros Gastos C/Actividade Sindical	
	68.8.8.4.1 - Congressos	125,00
	68.8.8.4.3 - Solidariedade	60,00
	68.8.8.4.4 - Actividades do Fundo de Acção de Massas	
	68.8.8.4.4.3 - Serviços Comuns	
	68.8.8.4.4.3.02 - SIDIL-Serv. Informática Lisboa	1.872,00
		-
	TOTAL DOS GASTOS	92.035,00